



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

## **ATA DA 14ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ**

1 Às nove horas e trinta minutos do dia 12 de julho de 1999, na sala 605 do edifício-sede  
2 do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Plenário do CONARQ, estando  
3 presentes os seguintes Conselheiros: Jaime Antunes da Silva, Presidente; representantes  
4 do Poder Executivo Federal: Coronel de Infantaria Dilencar Silva Martins, do Estado  
5 Maior das Forças Armadas - EMFA (titular) e Oswaldo Noman, do Ministério do  
6 Orçamento e Gestão (titular); representantes do Poder Judiciário Federal: Almeria  
7 Machado Godoi, do Supremo Tribunal Federal - STF (titular); Maria Inês Gonçalves de  
8 Oliveira Müller, do Tribunal Superior Eleitoral (titular) e Regina Lúcia Brandão L.  
9 Jaeger, do Tribunal Superior do Trabalho (suplente); representantes do Poder  
10 Legislativo Federal: Frederico Silveira dos Santos, da Câmara dos Deputados (titular) e  
11 Francisco Maurício da Paz, do Senado Federal (titular); representantes do Arquivo  
12 Nacional: Maria Izabel de Oliveira (titular) e Maria Esperança de Rezende (suplente);  
13 representantes dos Arquivos Públicos Estaduais e do Distrito Federal: Jessie Jane Vieira  
14 de Sousa, do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (titular); Geraldo Mártires  
15 Coelho, do Arquivo Público do Estado do Pará (titular) e Regina Rottemberg Gouvêa,  
16 do Arquivo Público do Estado do Paraná (suplente); representantes da Associação dos  
17 Arquivistas Brasileiros: Mariza Bottino (titular) e Maria Hilda Pinto de Araújo  
18 (suplente); representante de instituições mantenedoras de curso superior de  
19 arquivologia: Jorge Eduardo Enríquez Vivar, da Universidade Federal de Santa Maria  
20 (titular). A Conselheira Maria Odila Kahl Fonseca, da Universidade Federal Fluminense  
21 (suplente) compareceu para a sessão da tarde, a qual, entretanto, não se realizou por  
22 terem sido liquidados, na parte da manhã, todos os assuntos previstos na agenda da  
23 reunião. Representantes de instituições não-governamentais da área de ensino, pesquisa,  
24 preservação ou acesso a fontes documentais: Ismênia de Lima Martins, da Associação  
25 Nacional de Professores de História - ANPUH (suplente) e Angela de Castro Gomes, da  
26 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (titular), que se despediu do

27 CONARQ em virtude de término de mandato. Participou, ainda, da reunião, a  
28 Presidente da Comissão Especial criada pela Portaria nº 30, de 22-2-99, para definir  
29 padrões das sinaléticas técnicas a serem utilizadas na microfilmagem de documentos  
30 arquivísticos. Justificaram suas ausências Lélia Gontijo Soares (titular), do Arquivo  
31 Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Sueli Petry (titular), do Arquivo Histórico de  
32 Blumenau e Vanda Angélica da Cunha (suplente), do Arquivo Histórico de Salvador.  
33 Foram convidadas para secretariar os trabalhos da 14ª reunião do CONARQ, Marilena  
34 Leite Paes, assessora do Diretor-Geral do Arquivo Nacional, na coordenação do  
35 CONARQ/SINAR e Simone Frieiro da Silva, da Coordenação do CONARQ. O  
36 Presidente abriu a sessão, dando as boas vindas aos Conselheiros e prestando alguns  
37 esclarecimentos sobre a agenda da reunião, previamente encaminhada aos Conselheiros.  
38 A propósito da resolução sobre sinaléticas técnicas para microfilmagem de documentos  
39 arquivísticos, item 2 da agenda, que será objeto de apreciação nesta reunião, lamentou  
40 não ter sido possível remeter o texto para exame prévio dos Conselheiros com a  
41 antecedência de praxe. Assim, convidou a Sra. Esther Bertoletti, Presidente da  
42 Comissão Especial responsável pela elaboração da minuta de resolução, para prestar, no  
43 momento oportuno, os esclarecimentos que se fizerem necessários. Continuando, o  
44 Presidente colocou em discussão a ata da 13ª reunião do CONARQ, distribuída  
45 previamente aos Conselheiros para que tivessem tempo hábil para examiná-la. Passou,  
46 então, a palavra à Marilena Leite Paes, que procedeu à leitura das alterações sugeridas  
47 pelos Conselheiros Almeria Machado Godoi, Frederico da Silveira dos Santos e Maria  
48 Izabel de Oliveira. A propósito, a Conselheira Almeria havia indagado sobre a razão das  
49 referidas alterações não serem citadas com destaque na ata, mas incluídas diretamente  
50 no texto. Marilena Paes esclareceu que tal procedimento foi adotado em razão de as  
51 sugestões apresentadas se referirem, em sua quase totalidade, a modificações de forma,  
52 sem alteração de conteúdo, e pelo fato de que essa inclusão alongaria  
53 desnecessariamente as atas que, além de gravadas, são também editadas em papel. A  
54 propósito, informou que seria distribuído, durante a reunião, um disquete contendo  
55 todas as atas aprovadas de reuniões do CONARQ. Concluída a apresentação, o  
56 Presidente perguntou se alguém desejava acrescentar mais alguma modificação. O  
57 Conselheiro Frederico, da Câmara dos Deputados, esclareceu que, fazendo uma  
58 releitura da ata, após a remessa de suas sugestões, percebera que a afirmação constante  
59 da linha 142, que fizera a propósito da criação de outros "arquivos nacionais" para o  
60 Legislativo e o Judiciário, embora não negasse que a houvesse feito, lhe pareceu muito

61 forte e gostaria de colocar melhor sua posição sobre o assunto. Esclareceu que, na  
62 verdade, o que tentou defender quando fez aquele comentário, foi que se procedesse a  
63 uma desvinculação de autonomia de cada um dos Poderes. Não quis sugerir e nem  
64 defender a idéia de que fossem criadas novas instituições formais, como o Arquivo  
65 Nacional, para os outros dois Poderes. Em sua opinião, julga que, no caso do  
66 Legislativo, tal postura não seria viável e nem útil, e que no caso do Judiciário só os  
67 representantes desse Poder poderiam opinar. Solicitou, pois, que tal esclarecimento  
68 constasse em ata como um aparte explicativo, vez que, no calor dos debates, muitas  
69 vezes não expressamos nossas idéias com a devida clareza. Em seguida, a Conselheira  
70 Mariza, da AAB, ratificou que realmente o Conselheiro Frederico havia se pronunciado  
71 sobre a criação dos "arquivos nacionais" conforme consta da ata e que, na ocasião, havia  
72 se manifestado contra essa idéia. Seu pronunciamento, porém, não foi registrado em ata  
73 devido, talvez a não ter sido o mesmo captado na gravação, uma vez que estava sentada  
74 distante do microfone. Regina Rottemberg tomou a palavra não para fazer um  
75 comentário, mas para encaminhar uma pergunta: se, tal como afirmou o Conselheiro  
76 Frederico, cada Poder tivesse seu "arquivo nacional", como ficaria a situação dos  
77 arquivos estaduais? O Conselheiro respondeu dizendo que, da mesma forma que os três  
78 Poderes devem ser autônomos, tal autonomia, também, se aplica aos estados e  
79 municípios, com exceção do Judiciário que não existe nos municípios. Regina  
80 Rottemberg continuou dizendo que, embora nada tivesse a ver com a ata, gostaria de  
81 discutir esse assunto no âmbito do CONARQ, uma vez que o Arquivo do Paraná, o qual  
82 representa, só recebe a documentação do Poder Executivo do Estado. Não recebem a  
83 documentação do Legislativo e do Judiciário, o que, aliás, está criando problemas para o  
84 Arquivo. O Presidente informou que este assunto, sem dúvida importante, deverá ser  
85 objeto de estudo em futuras sessões do CONARQ, principalmente pelos grupos de  
86 trabalho que serão constituídos para examinar e propor alterações na legislação que rege  
87 o Conselho. A seguir, o Presidente consultou se algum Conselheiro teria ainda alguma  
88 modificação a ser feita na ata. Como ninguém se manifestou, o Presidente considerou a  
89 ata aprovada, incluídas as modificações feitas pelos Conselheiros, a qual será  
90 consolidada e encaminhada aos mesmos. Dando prosseguimento aos trabalhos, o  
91 Presidente passou ao item três da agenda, apresentação de proposta de Resolução sobre  
92 sinaléticas técnicas para microfilmagem de documentos arquivísticos, prestando alguns  
93 esclarecimentos sobre as razões que motivaram a constituição de uma Comissão  
94 Especial para esse fim. Reportou-se ao Protocolo de Colaboração, firmado em agosto de

1995, entre Portugal e o Brasil, que prevê, entre outras atividades, o desenvolvimento de um Plano Luso-Brasileiro de Microfilmagem, aprovado pelas Seções Brasileira e Portuguesa da Comissão Luso-Brasileira para Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental, preconizada no referido Protocolo, com o objetivo de estimular projetos que visem a organização, a divulgação e a microfilmagem de acervos de interesse para a história comum dos dois países, insertos nas ações do programa das comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Iniciados os trabalhos, percebeu-se que os centros de microfilmagem das instituições brasileiras estavam muito defasados em relação aos procedimentos técnicos internacionais, previstos nas normas ISO específicas, para garantir uma microfilmagem com valor arquivístico. Assim, após uma experiência não muito agradável, quando alguns rolos de microfilme enviados a Portugal foram rejeitados, julgou-se oportuno estabelecer normas e diretrizes brasileiras, compatíveis com as internacionais, a fim de manter intercâmbio não só com Portugal mas também com todos os demais países. Para tanto, foi constituída, ad referendum do CONARQ, pela Portaria nº 30, de 22-2-99, a já citada Comissão Especial, sob a presidência da Sra. Esther Caldas Bertolletti, representante da Comissão Luso-Brasileira para coordenar o intercâmbio de informações via microfilme. Continuando, citou os nomes dos demais especialistas integrantes da Comissão e passou a palavra à Esther Bertolletti para falar sobre o desenvolvimento dos trabalhos. Iniciando seu relato, Esther fez um breve histórico sobre a evolução dos trabalhos de microfilmagem em Portugal e o salto tecnológico que deu em curto espaço de tempo, em razão de sua entrada para a Comunidade Européia. Esse fato gerou uma série de mudanças, tornando-se necessária uma adaptação não só de procedimentos, como também de equipamentos. Criada a Comissão Especial, o Arquivo Nacional e o Projeto Resgate do Ministério da Cultura, promoveram, no Rio de Janeiro, um workshop com a participação de Anabela Ribeiro, do Arquivo da Torre do Tombo, Portugal, com o objetivo de analisar as diretrizes em vigor, a fim de se obter subsídios para a elaboração das novas normas que passarão a reger a execução da microfilmagem no Brasil. A viagem de Anabela Ribeiro ao Brasil teve também como objetivo conhecer e avaliar as nossas condições de trabalho, principalmente os recursos tecnológicos e os equipamentos disponíveis nos centros de microfilmagem do país, que não oferecem os padrões de qualidade exigidos internacionalmente. Prosseguindo, Esther Bertolletti passou a relatar a metodologia de trabalho desenvolvida pelos integrantes da Comissão Especial, na elaboração da minuta de resolução e anexos, ora apresentada ao Plenário do CONARQ. A seguir, informou

129 que, no expediente dirigido ao CONARQ, sugeriu a criação de outras comissões  
130 especiais para estudar questões referentes ao microfilme, tais como armazenamento e  
131 controle de qualidade arquivística dos microfilmes produzidos no Brasil, de forma a  
132 estabelecer parâmetros confiáveis principalmente se levarmos em conta a utilização de  
133 serviços terceirizados. Outra sugestão apresentada refere-se à criação de uma Comissão  
134 Técnica para o Microfilme, a fim de que não torne a ocorrer um hiato tão grande entre  
135 as normas e padrões internacionais e os utilizados no Brasil. Concluída a exposição de  
136 Esther Bertoletti, o Presidente agradeceu sua colaboração, informando que, uma vez  
137 aprovados, a resolução e seus anexos serão disponibilizados na home page do  
138 CONARQ, em disquete e em papel. A seguir, deu início à leitura, item por item, do  
139 referido documento, anexado a esta ata, o qual foi objeto das alterações que se seguem.  
140 Acrescentar, no preâmbulo, em seguida à expressão Regimento Interno, de  
141 conformidade com deliberação do Plenário, em 12 de julho de 1999. O primeiro  
142 "Considerando" passou a ter a seguinte redação: Considerando a Lei Federal nº 8.159, de  
143 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e  
144 privados. O segundo "Considerando" ficou assim redigido: Considerando a Lei nº  
145 5.433, de 8 de maio de 1968, que dispõe sobre a microfilmagem de documentos oficiais,  
146 regulamentada pelo Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996 e pela Portaria MJ nº 58,  
147 de 20 de junho de 1996, que trata do registro e fiscalização do exercício da atividade de  
148 microfilmagem de documentos. O quarto "Considerando" ficou assim redigido:  
149 Considerando a necessidade de que a microfilmagem dos documentos arquivísticos seja  
150 realizada dentro dos padrões e normas internacionais. O artigo 2º recebeu a seguinte  
151 alteração: em lugar de "Sugerir a adoção de", colocar Adotar o. Os artigos 3º e 4º foram  
152 eliminados. A propósito da divulgação das sinaléticas, o Presidente informou que seria  
153 utilizada, para esse fim, a home page do CONARQ e a remessa de cópias dos símbolos  
154 aprovados a todas as instituições e centros de microfilmagem inscritos na Divisão de  
155 Outorgas e Títulos do Ministério da Justiça. Informou, ainda, que a resolução sobre as  
156 sinaléticas técnicas, uma vez aprovada pelo Plenário, seria incluída na nova edição  
157 sobre a legislação brasileira de arquivos, que está sendo preparada para divulgação no  
158 XIII Congresso Brasileiro de Arquivologia e no XIV Congresso Internacional de  
159 Arquivos, ambos a serem realizados no ano 2000; o primeiro, em Salvador - BA, e o  
160 segundo, em Sevilha - Espanha. Continuando, o Presidente colocou em discussão as  
161 duas propostas apresentadas pela Comissão Especial, a saber: criação de uma Comissão  
162 Especial para estudar as questões de armazenamento e controle de qualidade dos

163 microfimes e de um fórum permanente para acompanhar a evolução da microfilmagem  
164 em âmbito nacional e internacional. Quanto à proposta de criação da Comissão  
165 Especial, foi a mesma aprovada, ficando Esther Bertoletti encarregada de indicar os  
166 nomes das pessoas que deverão integrá-la, seus objetivos específicos, prazo de  
167 conclusão e outras informações que julgar importantes, a fim de que se possa criá-la o  
168 mais breve possível. Quanto ao fórum permanente, o Presidente sugeriu que a matéria  
169 fosse objeto de estudos em futuro próximo, para se evitar superposição de atividades  
170 com a nova comissão a ser criada. Antes de se dar por encerrado esse item da Agenda, o  
171 Conselheiro Oswaldo Noman lembrou que Esther Bertoletti havia proposto que se  
172 fizesse um agradecimento formal à Sra. Ingrid Beck pela aquisição das normas ISO,  
173 fundamentais para o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão Técnica que definiu  
174 os padrões das sinaléticas técnicas. Decidiu-se que o Presidente do CONARQ remeteria  
175 correspondência a Sra. Ingrid apresentando os agradecimentos dos Conselheiros pela  
176 sua colaboração. O Presidente agradeceu, então, a presença e a participação de Esther,  
177 que se retirou. A seguir, passou ao item 4 da agenda, reportando-se ao Fórum Nacional  
178 sobre Arquivos do Poder Judiciário, realizado em Brasília, de 18 a 20 de maio de 1998,  
179 que apresentou uma recomendação no sentido de ser constituído, no CONARQ, um  
180 grupo de trabalho, reunindo as pessoas que lidam com os arquivos do Judiciário para  
181 identificar, discutir e dar solução aos problemas específicos desse segmento. Pela  
182 Portaria nº 31, de 28 de abril deste ano, o referido grupo de trabalho já criado, sob a  
183 presidência de nossa Conselheira Almeria Machado Godoi, representante do Supremo  
184 Tribunal Federal, a quem o Presidente solicitou que relatasse as reuniões já havidas e  
185 quais as propostas que vêm sendo formuladas para encaminhamento e discussão no  
186 CONARQ, com vistas à implantação de sistemas específicos nos diversos Tribunais  
187 Federais e, por extensão, nos tribunais ligados aos Tribunais Estaduais interessados na  
188 preservação de seu patrimônio documental. Almeria informou que já foram realizadas  
189 cinco reuniões, cujas atas foram encaminhadas à coordenação do Conselho para  
190 arquivamento. De conformidade com o que foi decidido nessas reuniões, a primeira fase  
191 dos trabalhos será o levantamento de dados. Para isso, foi elaborado um questionário,  
192 para identificar os arquivos do Poder Judiciário, em todos os níveis. Esse questionário  
193 está sendo desenvolvido com a colaboração da Secretaria de Informática do Supremo,  
194 que abrirá um site específico em sua home page, para que o mesmo seja disponibilizado  
195 na Internet e as respostas sejam tabuladas e processadas automaticamente. Esse  
196 questionário, embora disponibilizado na Internet, será encaminhado por ofício do

197 Ministro - Presidente do Supremo, do qual constarão todas as informações necessárias  
198 ao seu preenchimento, bem como a data prevista para sua instituição. Com base nas  
199 informações coletadas, o grupo de trabalho pensa em editar uma cartilha e,  
200 possivelmente, promover um 2º fórum nacional para discutir as propostas formuladas e  
201 concretizar as ações que se fizerem necessárias para a implementação de arquivos  
202 públicos e privados. A Conselheira Ismênia manifestou sua opinião sobre a importância  
203 desse grupo de trabalho, que poderá desenvolver ações relevantes relativamente aos  
204 arquivos do Poder Judiciário, sobretudo, para impedir a prática muito comum em nossos  
205 dias, de entregar os acervos dos Fóruns aos centros de memória das universidades. Essa  
206 postura é totalmente equivocada, vez que lugar de documento público é em instituição  
207 arquivística pública. Sua opinião foi corroborada pelos Conselheiros Regina  
208 Rottemberg, Geraldo Mártires Coelho, Angela de Castro Gomes e pelo Presidente do  
209 CONARQ, todos preocupados com a gravidade dessa postura. A Conselheira Maria  
210 Inês, do Tribunal Superior Eleitoral, prestou informações complementares sobre as  
211 dificuldades que os arquivos do Poder Judiciário enfrentam, por falta de legislação  
212 específica e de informação sobre os arquivos, até mesmo para elaborar uma tabela de  
213 temporalidade. O principal e mais grave problema refere-se à eliminação indiscriminada  
214 de documentos. Reportou-se ao Art. 1215 do Código de Processo Civil que foi suspenso  
215 e até a presente data ainda se discute a sua reformulação. Julga que somente com a  
216 elaboração das tabelas de temporalidade se poderia evidenciar que os documentos têm  
217 prazos de guarda específicos e, portanto, não podem ser eliminados sem critérios. A  
218 Conselheira Jessie se manifestou sobre a situação dos arquivos do Poder Judiciário,  
219 acrescentando que os depoimentos que acabaram de ser apresentados refletem a  
220 realidade do Estado brasileiro que não tem a menor consciência e responsabilidade em  
221 relação à documentação. Em seguida sugere que, no próximo ano, quando se  
222 comemoram os 500 anos do descobrimento, o CONARQ faça uma grande campanha  
223 publicitária sobre a preservação da memória nacional. O Presidente falou, então, sobre o  
224 oferecimento da TV Futura e dos motivos pelos quais não pode o mesmo ser  
225 concretizado, o que não invalida a possibilidade de se preparar um programa de  
226 divulgação não só pela TV Futura como também pelas TVs comerciais. Voltando à  
227 questão dos arquivos do Judiciário, a Conselheira Almeria, por solicitação de alguns  
228 Conselheiros, fez uma breve explanação sobre o conteúdo do questionário preparado  
229 para o levantamento de dados dos arquivos do Judiciário. O Presidente solicitou  
230 providências da secretária da sessão no sentido de mandar reproduzir em xerox cópias

231 do questionário, lembrando que o mesmo estará disponível no site do Supremo Tribunal  
232 Federal, podendo os interessados remeterem sugestões. Continuando, passou ao item 5  
233 da agenda, criação da Comissão Especial para estabelecer procedimentos operacionais  
234 com vistas a viabilizar a aplicação do Decreto nº 2.942, de 18-1-99, que fala da  
235 destinação dos acervos das empresas públicas que se privatizam e da regulamentação do  
236 processo de classificação de um arquivo privado como de interesse público e social.  
237 Comentou sobre as dificuldades em se identificar as pessoas mais adequadas para  
238 representar as agências coordenadoras das empresas públicas privatizadas. Prestou  
239 algumas informações sobre o papel dos integrantes da Comissão, a qual será instalada  
240 no próximo dia 20 de julho. Dando prosseguimento, informou aos Conselheiros sobre a  
241 proposta de criação de um grupo de trabalho, recebida em decorrência das questões  
242 surgidas quando da microfilmagem de documentos coloniais brasileiros, entre as quais  
243 merece destaque a necessidade de se reunir, divulgar e estimular a edição de textos  
244 específicos das ciências documentárias tais como a Diplomática, a Paleografia, a  
245 Numismática, a Esfragística, a Heráldica etc., bem como criar uma biblioteca básica  
246 nessas áreas, reeditar publicações de interesse, como por exemplo, o dicionário de  
247 abreviaturas de Maria Helena Flexor, muito utilizado nas universidades, ou ainda,  
248 avaliar textos estrangeiros que possam ser traduzidos. Mencionou os nomes dos  
249 integrantes do Grupo de Trabalho. Sobre a criação desse Grupo de Trabalho, a  
250 Conselheira Mariza Bottino pediu a palavra para informar sobre a criação do Comitê de  
251 Paleografia e Diplomática criado, em 1996, na AAB, por ocasião do 11º Congresso  
252 Brasileiro de Arquivologia, que organizou e publicou uma Bibliografia de Paleografia e  
253 Diplomática, oferecendo esse trabalho aos Conselheiros que tiverem interesse. O  
254 Comitê pretende, ainda, traduzir e publicar textos sobre essas matérias. Dando  
255 prosseguimento, o Presidente falou sobre a reformulação do Grupo de Trabalho sobre  
256 Arquivos Municipais, que passou a ser presidido pela Sra. Daíse Aparecida Oliveira. A  
257 idéia desse grupo é buscar mecanismos de sensibilização para criação e implantação de  
258 sistemas de gestão em instituições arquivísticas municipais. O texto sobre arquivos  
259 municipais, o qual chamamos cartilha, aprovado por este Plenário, encontra-se em fase  
260 de copidesque para publicação o mais breve possível. Nesse sentido foi consultado o  
261 Conselheiro que representa o Senado Federal sobre a possibilidade dessa publicação ser  
262 feita na Gráfica do Senado. A seguir, informou que, conforme sugestões dos  
263 Conselheiros, o trabalho sobre Construção e Instalação de Arquivos, produzido pela  
264 Câmara Técnica de Conservação de Documentos, foi encaminhado à Sociedade de



265 Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos - SEAERJ para apreciação da parte técnica.  
266 Infelizmente, por impossibilidade daquela Sociedade, o texto ainda não nos foi  
267 remetido. Tão logo o texto chegue às nossas mãos, será o mesmo objeto de copidesque  
268 pelo órgão do Arquivo Nacional responsável por essa atividade. Continuando, informou  
269 sobre a correspondência remetida ao CPDOC, por decisão do Plenário, em razão das  
270 demissões lá ocorridas. O Presidente procedeu à leitura da correspondência do  
271 CONARQ e da resposta da direção da Fundação Getúlio Vargas. A seguir, justificou-se  
272 por não ter sido possível criar a Comissão Especial para rever a legislação de arquivos, a  
273 partir da Lei nº 8.159/91, conforme acertado na última reunião do CONARQ. Se  
274 comprometeu a providenciar, o mais breve possível, a constituição dessa comissão,  
275 articulando principalmente aquelas pessoas que já estudaram e apontaram críticas à Lei  
276 8.159/91, incluindo a OAB. A seguir, mencionou a constituição do grupo de trabalho da  
277 Universidade Federal de Santa Maria, a possibilidade de constituição de mais grupos de  
278 discussão, com a participação de outras instituições, como a ANPUH, por exemplo, e a  
279 abertura de um chat para discussões sobre essa matéria na página do CONARQ. O  
280 Conselheiro Jorge Eduardo Enríquez Vivar complementou, dando informes sobre o  
281 mencionado grupo da UFSM, constituído por representantes dos arquivos Público,  
282 Histórico e Municipal de Porto Alegre, da Associação de Arquivistas do Rio Grande do  
283 Sul, da própria UFSM e de uma empresa prestadora de consultoria em arquivos; a  
284 finalização dos trabalhos está prevista para outubro e as atividades promovidas foram  
285 seminários, discussões e debates no âmbito do sul do país; será preparado um  
286 documento final sobre este trabalho a ser encaminhado proximamente ao CONARQ.  
287 Informou, ainda, que já foi criado, no site da UFSM, um chat de discussões sobre a Lei  
288 8.159/91. Em seguida o Presidente abriu um espaço para comunicações gerais por parte  
289 dos Conselheiros. Antes de passar a palavra, falou sobre a Mesa Redonda Nacional de  
290 Arquivos, realizada nos próximos dias 13, 14 e 15 de julho, no Rio de Janeiro, bem  
291 como sobre as articulações que antecederam o evento, para que houvesse a participação  
292 do maior número possível de segmentos na área de arquivos. Explicou que o evento foi  
293 promovido pelo Banco Mundial, a Organização dos Estados Americanos e o Conselho  
294 Nacional de Arquivos e que, em virtude de sua natureza, teve que, infelizmente, ser  
295 fechado a um número determinado de participantes, entre representantes de entidades de  
296 fomento públicas e privadas e de instituições arquivísticas. Informou que todos os textos  
297 técnicos que serão discutidos no encontro, inclusive o Relatório sobre a Situação do  
298 Patrimônio Documental do Brasil, elaborado pela Fundação Histórica Tavera a pedido

299 do Banco Mundial, já estão disponíveis no site do CONARQ para download.  
300 Enumerou, ainda, os propósitos do encontro que seriam os de divulgar os problemas  
301 enfrentados pelos arquivos no Brasil, especialmente no tocante a infra-estrutura,  
302 formação e capacitação de recursos humanos, política de arquivos, estratégias de gestão  
303 de arquivos municipais e arquivos eclesiásticos, criação e utilização de normas de  
304 descrição arquivística, entre outras questões, e de sensibilizar tanto as agências de  
305 fomento quanto aos representantes da iniciativa privada ali representados, para a  
306 importância de se buscar estratégias de incentivo à modernização dos arquivos  
307 brasileiros. Chamou a atenção para a necessidade de se realizar um censo de arquivos  
308 brasileiros, para a posterior formação de uma rede de informações sobre arquivos no  
309 país, sendo este também um dos principais objetos da Mesa Redonda. Passou, então, a  
310 palavra à Conselheira Ismênia de Lima Martins. A Conselheira informou que no mês de  
311 maio passado a FAPERJ reuniu representantes de diversas áreas de conhecimento no  
312 campo das Ciências Humanas e Sociais, com o intuito de abrir linhas de financiamento  
313 para essas áreas, o que considerou uma grande vitória e um sinal de maturidade por  
314 parte daquela instituição. Acrescentou que a área de conhecimento que mais se destacou  
315 nesse encontro foi Documentação e que foi convidada pela FAPERJ para ser a relatora  
316 de uma comissão para avaliar a situação do Arquivo Público do Estado do Rio de  
317 Janeiro, com o objetivo de futuros financiamentos. Continuando, a Conselheira elogiou  
318 o empenho da antiga direção do Arquivo Público em conseguir a atual sede e  
319 manifestou a opinião de que a mesma fora ludibriada a respeito das pretensas reformas  
320 na parte elétrica e hidráulica do edifício, promessas nunca cumpridas. No intuito de  
321 reverter este quadro, informou que irá ao Governador do Estado com um abaixo  
322 assinado que reunirá presidentes e diretores de entidades e associações culturais, que se  
323 solidarizaram com os problemas deste patrimônio documental, submetido a excessivos  
324 deslocamentos e a condições precárias de conservação. A seguir, apresentou o  
325 documento e o disponibilizou para assinaturas dos Conselheiros e Presidente do  
326 CONARQ. A palavra passou à Conselheira Regina Rottemberg Gouvêa, que informou  
327 sobre a construção da nova sede do Arquivo Público do Estado do Paraná e os  
328 problemas havidos com a empresa contratada para realizar a obra, culminando com a  
329 rescisão do contrato. No momento está sendo efetuada uma nova licitação para a  
330 contratação de uma nova construtora. A conclusão da obra está prevista para agosto do  
331 ano que vem. Concluindo o espaço para os informes, a Conselheira Mariza Bottino  
332 comunicou o trabalho de uma comissão de especialistas para analisar propostas de

333 revisão do currículo de Arquivologia no Brasil. Convidou os Conselheiros que tivessem  
334 interesse em contribuir com sugestões, que entrassem em contato com a Associação dos  
335 Arquivistas Brasileiros, para receber o material sobre a matéria, informando que as  
336 referidas sugestões poderiam ser encaminhadas até o final de julho. Finalizando a  
337 sessão, o Presidente comunicou a elaboração de uma agenda de reuniões, a ser enviada  
338 aos Conselheiros, com o objetivo de planejar melhor as discussões. Outra preocupação  
339 da agenda seria a de aproximar as datas das reuniões de outros eventos importantes,  
340 sempre que possível. Agradecendo a presença e a colaboração de todos os Conselheiros,  
341 o Presidente encerrou a sessão às 14h e foi lavrada a presente ata que vai por mim  
342 assinada e pelo Presidente.